



Confederação Nacional
dos Servidores Públicos

INFORMATIVO

ANO 16 | Nº 49 | OUTUBRO DE 2026

Edição Especial Seminário CNSP 2026

O Servidor Público como Eixo de Estabilidade
em uma Era de Transformação



Palavra do Presidente



Antonio Tuccilio, Presidente da CNSP.

O serviço público atravessa um período de mudanças profundas, e isso exige das entidades representativas uma capacidade cada vez maior de organização e diálogo. É preciso força e coalizão para participar das discussões desde o início e ajudar a construir caminhos que preservem o Estado e a qualidade dos serviços prestados à população.

Foi com esse espírito que realizamos, em Serra Negra, mais uma edição do Seminário da Confederação Nacional dos Servidores Públicos, em um ano tão decisivo para o Brasil.

Ao longo do Seminário, ficou evidente que o serviço público precisa estar preparado para mudanças importantes. A administração pública está sendo pressionada por novas tecnologias, por propostas de reorganização e por debates que atingem diretamente as carreiras.

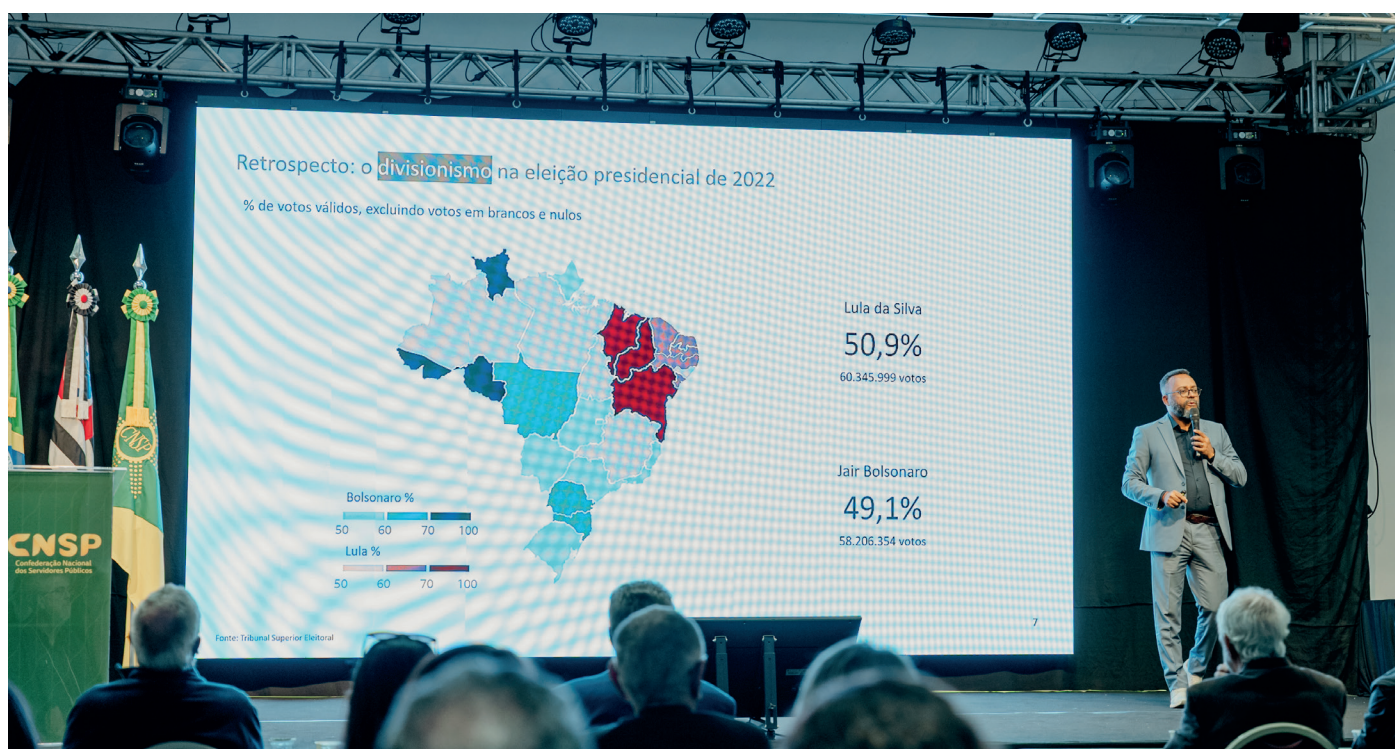
Não há espaço para que disputas entre os Poderes comprometam a estabilidade das instituições e a capacidade de planejamento do Estado. Reformas são necessárias, mas não podem representar o desmonte de estruturas que garantem a continuidade dos serviços públicos. A busca por eficiência também não pode reduzir a modernização à substituição do trabalho humano pela tecnologia, ignorando a experiência e a responsabilidade dos servidores. Na previdência, direitos construídos ao longo de décadas precisam ser respeitados. Nas carreiras, é necessário enfrentar distorções e repensar estruturas remuneratórias, inclusive a relação entre pisos e tetos, para que o Estado consiga valorizar e preservar seus quadros.

Nenhum desses debates avançará de forma consistente sem representação. O funcionalismo precisa ter voz nos espaços em que essas decisões são construídas e capacidade política para transformar suas demandas em propostas concretas. Por isso, a representação e o diálogo entre as entidades é uma condição para que os servidores participem efetivamente da construção do futuro do serviço público.

Os desafios são grandes e não serão resolvidos de forma imediata. Mas quanto mais preparados estivermos para enfrentá-los, maiores serão as condições de garantir que as transformações em curso resultem em avanços para os servidores e para a sociedade.


Antonio Tuccilio
Presidente da CNSP

O Servidor Público em uma Era de Transformação



A programação técnica do Seminário CNSP 2026 foi pensada para que conseguíssemos estabelecer um diagnóstico do momento atual do Brasil e, a partir dele, avançar sobre as principais mudanças e desafios enfrentados pelos servidores públicos. Com especialistas em diferentes áreas, foi possível reunir perspectivas complementares e perceber como uma questão interfere diretamente na outra.

Creomar de Souza abriu a discussão com uma análise do ambiente político e institucional brasileiro. Tratou do aumento da polarização e da perda de confiança nas instituições, que dificultam o planejamento em um contexto mar-

cado por conflitos recorrentes e decisões cada vez mais fragmentadas. Também chamou atenção para a importância de preservar a continuidade administrativa mesmo diante das alternâncias de governo e das mudanças de orientação política.

A Jornada de Integração aprofundou questões diretamente relacionadas ao funcionamento da administração pública. Larissa Benevides analisou as propostas de reforma administrativa e os efeitos que determinadas mudanças podem produzir sobre vínculos, e for-



mas de avaliação do servidor. Um dos pontos centrais de sua exposição foi a necessidade de discutir eficiência para além da redução de custos, considerando também a qualidade das entregas e as particularidades de cada área do Estado.

Pedro Cavalcante tratou das mudanças provocadas pela inteligência artificial e pela digitalização dos serviços públicos. As novas ferramentas já estão sendo incorporadas à administração e podem ampliar a capacidade de análise e atendimento, mas seu avanço torna ainda mais essencial o papel humano.

No segundo painel, Wagner Balera abordou a previdência dos servidores e questionou a manutenção da contribuição cobrada de aposentados e pensionistas, além da importância do apensamento da PEC 6 à PEC555. Sua análise retomou a natureza protetiva do sistema previdenciário e a responsabilidade do Estado nessa relação.

André Santos Pereira discutiu política salarial e teto remuneratório a partir das distorções



que ainda afetam as carreiras e da necessidade de preservar profissionais qualificados no serviço público, além de demonstrar a necessidade da representação política dos servidores.

As discussões realizadas ao longo do dia mostraram que mudanças aparentemente distintas acabam se encontran-

do na forma como o Estado organiza seu funcionamento. Compreender essas relações permite avaliar melhor os impactos de cada mudança e acompanhar com mais clareza os desafios que o serviço público terá de enfrentar nos próximos anos, para manter firme as bases de uma sociedade em acelerada transformação.



Teto Salarial – Real Hipocrisia Supremo Tribunal Federal - Inconstitucional



Julio Bonafonte, Diretor Jurídico da CNSP

Sem dúvida, constato e afirmo sem medo de errar que o teto salarial constitucional é de vidro e se quebra com qualquer penduricalho (somente para os privilegiados).

Considero e denomino o teto como de aço impenetrável para os demais servidores, especialmente no Governo do Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo aplica pena para aposentados e pensionistas na acumulação do teto com limite, reduzindo o legítimo direito de receber o que é devido.

Quando expresso que o teto de vidro aos privilegiados significa que o mesmo não é cumprido para Magistrados, Promotores, todos os servidores da Câmara

e Senado Federal, Tribunal de Contas da União, “furando” o limite com os mais variados penduricalhos e independente de qualquer decisão do Supremo Tribunal Federal que também não exerce o seu mister judicial, descumprindo a Carta Magna.

A real hipocrisia é o registro de que o limite – teto será cumprido e toda hora surge no noticiário que o próprio Supremo Tribunal Federal autoriza e avaliza decisões administrativas na Câmara e Senado Federal, Tribunal de Contas da União e outros Poderes nos Estados a criarem um próprio limite de teto, exceto no Estado de São Paulo que implanta redutor e estabelece inconstitucional teto por não aplicar o limite dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que determina a Constituição.

É chegada a hora do Governo de São Paulo rever a incorreta política salarial com relação ao teto para que não fique penalizando os servidores, diferentemente de outros Estados da União, que ultrapassam e desobedecem ao teto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal nos dias de hoje é inconstitucional, pois, deixou de ser o arauto da sociedade como Corte Maior e guardião da Constituição Federal, motivo pelo qual trava discussões e interferências políticas, não cumprindo corre-

tamente o seu dever de julgar o que é incompreensível e inaceitável para o Estado Democrático de Direito.

O STF constantemente fragiliza a segurança jurídica, não obedece a Constituição e o que é pior, as suas próprias decisões e transforma a Justiça em Poder econômico – legislativo, com insatisfação e descrença dos cidadãos brasileiros.

É necessário reagir para mudar todo esse contexto social, salarial e previdenciário, exigindo que o Supremo Tribunal Federal cumpra a Constituição Federal em seus julgamentos, especialmente punindo os governantes de plantão, caloteiros de precatórios alimentares, para que novamente possa dignificar a Justiça deste país.

Um abraço.

Leia o artigo completo no site
cns.org.br/artigos

O Brasil que queremos



Depois de discutir os desafios que atravessam o Estado e o serviço público, uma questão permanece como ponto de partida para qualquer reflexão sobre os próximos anos. Que Brasil queremos construir? A resposta exige ir além das urgências do presente e recuperar a capacidade de pensar o país a partir de um projeto que sobreviva às mudanças de governo e permita transformar nossas próprias capacidades em desenvolvimento.

Não basta desejar um país mais desenvolvido ou soberano se não criarmos condições para sustentar esse projeto ao longo do tempo. Isso depende de instituições que funcionem com imparcialidade e respeitem seus limites, mas também de uma atuação mais pragmática, capaz de colocar o interesse público acima das disputas circunstanciais e recuperar alguma previsibilidade para as decisões do Estado.

Essa construção passa necessariamente pela educação, porque nenhuma transformação econômica ou tecnológica será sustentável sem formação, conhecimento e capacidade científica. Passa também pela segurança pública, um país soberano precisa garantir aos cidadãos o direito de ir e vir em toda a extensão do território nacional, sem partes do país completamente dominadas pelo crime organizado, que também avança sobre instituições e esferas mais altas da República. Não se trata apenas de enfrentar a violência cotidiana, mas de preservar a própria capacidade do Estado de exercer autoridade sobre seu território e proteger a população. Precisamos também reavaliar nossa relação com o próprio Estado e com o serviço público. Corrupção e improdutividade precisam, sim, ser corrigidas, mas não podemos eliminar a

participação do Estado em funções e setores que dependem necessariamente de construção de longo prazo, investimento e proteção dos direitos da população. Modernizar estruturas é necessário, mas isso não pode significar abrir mão da experiência acumulada e da capacidade institucional construída ao longo do tempo. Construir o Brasil que queremos exige mais do que identificar os problemas. É preciso conhecimento para compreender os desafios e capacidade de construir consensos que transformem diferentes interesses em caminhos possíveis. Em um país marcado por divisões e mudanças cada vez mais rápidas, formar coalizões em torno de objetivos comuns será fundamental para que decisões importantes sobrevivam às disputas do presente e se convertam em avanços duradouros.

Diretoria, Conselho e Vice-Presidentes Regionais - Triênio 2027-2029

Durante o Seminário CNSP 2026, foi realizada a reunião da Diretoria da Confederação, que também marcou a eleição para um novo mandato da entidade. O encontro deu continuidade ao trabalho institucional da CNSP e definiu a composição que estará à frente da Confederação no próximo período, dando sequência às pautas e aos compromissos construídos junto às entidades filiadas. Damos as boas-vindas aos novos eleitos e desejamos uma excelente gestão a todos!

Confira a lista completa dos novos componentes:

Presidente

Antonio Tuccilio

1º Vice Presidente

Cel. Valdir Suzano

2º Vice Presidente

Amaro de Mello Vasconcellos

Assuntos Municipais

Rafael Rodrigues Aguirrezábal

Secretário Geral

Mauro Rodrigues Pinto

1º Secretária

Maria Walneide Ribeiro De Oliveira Romano

2º Secretária

Ana Lucia Sampaio da Rocha Lira

Diretor Financeiro

Gilmar Belluzzo Bolognani

Diretora Adjunto Finanças

Lizabete Machado Ballesteros

Diretor Jurídico

Julio Bonafonte

Diretor de Imprensa e Divulgação

Gaspar Bissoloti Neto

Diretora Assuntos Parlamentares

Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro

Diretor Assuntos Internacionais E Integração

Jose Carlos Cosenzo

Diretor De Assuntos Da Área Estadual

Edson Roberto de Almeida Torres

Diretora De Assuntos Federais

Lucieni Pereira da Silva

Conselho Fiscal

Carlos Roberto Martins de Lima

João Batista Teixeira de Paula

Derly Ávilla Corrêa

Suplentes

Eduardo Pereira de Quadros Souza

Joacy Carneiro de Mesquita

Vice-Presidentes Regionais

1ª Região – RS e SC

Paulo Sebastião Gonçalves Olympio

2ª Região – PR e MS

João Carlos Milani Santos

3ª Região – SP

Artur Marques da Silva Filho

4ª Região – RJ e ES

José Eduardo Rangel

5ª Região – MT e RO

Manoel do Nascimento Verissimo

6ª Região – MG

Cel. Flammarion Ruiz

7ª Região – BA e SE

Edvaldo Luis da Costa Lins

8ª Região – AL, PE e PB

José Lúcio Passos da Silva

9ª Região – RN, CE e PI

Djalma Pires

10ª Região – MA, PA, AM, AC, RR e AP

Edemur Ercilio Luchiari

11ª Região – GO, TO e DF

Manoel Martins Lemes

Carta de Serra Negra

Seminário CNSP 2026

“O Servidor Público como Eixo de Estabilidade em uma Era de Transformação”

As deliberações do Seminário Nacional foram consolidadas na Carta de Serra Negra 2026, um documento que reafirma o compromisso da CNSP com os servidores e com a sociedade brasileira. A carta será encaminhada a governantes e autoridades de todas as esferas federativas como diretriz de trabalho e posicionamento político-institucional da entidade.

Reunidos na Estância Hidromineral de Serra Negra, Estado de São Paulo, entre os dias 17 e 19 de setembro de 2026, os delegados, dirigentes e representantes das entidades associativas e federativas filiadas à Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP), sob a coordenação de sua Diretoria Executiva, vêm a público consolidar as deliberações de seu Congresso Anual. O presente documento manifesta o posicionamento institucional ponderado e firme da categoria frente aos graves desafios políticos, jurídicos e orçamentários que se impõem ao funcionalismo público e à sociedade brasileira.

Frente ao dinâmico e complexo cenário que se desenha no país, a CNSP reafirma que serviços públicos universais, acessíveis e valorizados constituem a base material indissociável de um Estado Democrático de Direito soberano e socialmente justo. Diante disso, conclamamos as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a acolherem as seguintes diretrizes fundamentais:

I. DAS MANIFESTAÇÕES INSTITUCIONAIS E DEFESA DO ESTADO DE DIREITO

1. REFORMA ADMINISTRATIVA E PRESERVAÇÃO DA ESTABILIDADE FUNCIONAL

O Congresso de 2026 renovou os debates sobre os rumos do Estado moderno, consolidando o entendimento de que qualquer proposta de reestruturação administrativa deve pautar-se pelo aperfeiçoamento técnico da gestão e pela perenidade das instituições públicas, afastando retrocessos que visem à precarização dos vínculos laborais. A eficiência, a estabilidade funcional e o concurso público são garantias constitucionais de impessoalidade administrativa e proteção do cidadão contra ingerências políticas de ocasião, e não privilégios da categoria. Exigimos a cessação da retórica que desvaloriza o funcionalismo e a abertura de canais efetivos de diálogo interinstitucional para reformas que valorizem as carreiras públicas.

2. RECONHECIMENTO DOS QUINQUÊNIOS E VALORIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

O tempo de dedicação ao serviço público exclusiva é um patrimônio institucional do Estado. Os debates do Congresso ratificaram a importância da preservação e do restabelecimento adicionais por tempo de serviço (quinquênios), direitos constitucionais como instrumento essencial de estímulo à permanência do talento técnico e de progressão justa nas carreiras de Estado e garantia de bons serviços pela experiência. Combatemos o severo achatamento salarial provocado pela estagnação

das tabelas remuneratórias e defendemos que a valorização da experiência e da lealdade ao serviço público é premissa básica para a eficiência da máquina administrativa.

3. DEFESA PREVIDENCIÁRIA: APOIO À PEC 6/2024 (PEC SOCIAL) E SEU APENSAMENTO À PEC 555/2006

Nossos debates convergiram na busca por justiça social e dignidade humana para os inativos. Manifestamos apoio ao célere andamento e ao estratégico apensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2024 (PEC Social) à PEC nº 555/2006, visando aproveitar a tramitação avançada da matéria no Plenário para atenuar e extinguir a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. Propugnamos a revisão das alíquotas ordinárias e extraordinárias remanescentes de reformas passadas, cujo caráter excessivo onera os proventos de quem já cumpriu integralmente sua jornada laboral e contributiva, sendo urgente restabelecer a segurança jurídica e os direitos conquistados.

II. DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, VALORIZAÇÃO DE CARREIRAS E INOVAÇÃO

4. REAJUSTE GERAL ANUAL E DIRETRIZES PREVISTAS NA LDO

Defendemos a aplicabilidade plena do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, recomendando que a revisão geral anual das remunerações e subsídios conste de forma expressa, obrigatória e transparente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de todas as esferas federativas. Entendemos que a definição de parâmetros claros e previsíveis de recomposição inflacionária na LDO é o instrumento técnico adequado para mitigar as perdas acumuladas, garantindo a reposição do poder de compra e o equilíbrio financeiro para servidores ativos, aposentados e pensionistas.

5. EQUIDADE E RIGOR NO TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL

A CNSP defende a aplicação rigorosa e transparente do teto salarial constitucional em todos os Poderes da República. Postulamos a necessidade de coibir expedientes jurídicos e legislativos que perpetuem disparidades remuneratórias excessivas na cúpula das estruturas estatais ao mesmo tempo em que promovem o achatamento financeiro e a compressão das tabelas das bases do funcionalismo. Impõe-se uma regulamentação justa que diferencie verbas indenizatórias legítimas de acréscimos artificiais, assegurando a moralidade administrativa e a isonomia de tratamento.

6. NEGOCIAÇÃO COLETIVA E PLURALISMO SINDICAL NO PL 1893/2026

CNSP é manifestamente contrária à aprovação do PL 1893/2026, exigindo a manutenção da história constitucional em que há necessidade do reconhecimento de isonomia entre entidades representativas de classe e sindicatos para todas as discussões para preservação dos direitos dos servidores e do serviço público.

Conforme defendido formalmente por esta Confederação perante o Congresso Nacional, requeremos que as associações civis consolidadas, que há décadas exercem papel chave e legítimo na defesa das carreiras, participem institucionalmente das mesas de negociação, em igualdade de condições. A verdadeira democracia representativa pressupõe o respeito à pluralidade de organizações e a preservação de direitos fundamentais, como a licença classista sem prejuízo funcional.

7. PRIORIDADES SOCIAIS E APERFEIÇOAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA FACE AO SUSP

Postulamos que os investimentos em setores vitais como Educação, Saúde e Segurança Pública sejam preservados de contingenciamentos restritivos que asfixiem sua capacidade de operação. No contexto das discussões da PEC da Segurança Pública e da constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública-SUSP, conclamamos a garantia de infraestrutura digna, orçamento compatível e a valorização real de todos os profissionais civis e militares que atuam na ponta do atendimento. Reduzir ou restringir recursos dessas áreas compromete os direitos sociais fundamentais do povo brasileiro.

8. GOVERNANÇA ÉTICA E CENTRALIDADE HUMANA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Frente ao avanço do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, reconhecemos o potencial da inovação tecnológica em otimizar processos burocráticos e reduzir o tempo de resposta ao cidadão. Alertamos para a necessidade de uma governança ética pautada pela centralidade do fator humano. A automação deve atuar exclusivamente como ferramenta de suporte ao servidor e ampliação dos serviços, sendo inadequada sua utilização como justificativa para substituir o servidor público, para desumanizar o atendimento, extinguir funções técnicas essenciais ou precarizar a força de trabalho pública.

III. DA CONCLUSÃO E CONVOCAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A CNSP encerra os trabalhos de seu Congresso de 2026, orientando suas bases e entidades associadas a converterem estas diretrizes em ações coordenadas de diálogo institucional e mobilização permanente. Convocamos a categoria para o voto consciente em candidatos comprometidos com o serviço público e desenvolver acompanhamento obrigatório com uma atuação firme e integrada junto às Casas Legislativas, convictos de que a valorização do funcionalismo público é princípio fundamental para salvaguardar a cidadania, a dignidade dos trabalhadores e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Serra Negra/SP, 19 de setembro de 2026.





AAFIT/SP e ANAFISCO se juntarão à CNSP

Durante o Seminário CNSP 2026, foi anunciada a futura filiação da AAFIT/SP, presidida por José Ricardo Gomes Dias, e da ANA-

FISCO à Confederação Nacional dos Servidores Públicos. As duas entidades passam agora pelos trâmites necessários para a

formalização da filiação, processo que permitirá ampliar ainda mais a representatividade da CNSP e aproximar novas experiências da atuação construída pela Confederação. A chegada das novas entidades será uma importante soma à luta em defesa do serviço público e fortalecerá a capacidade de articulação da CNSP junto às diferentes carreiras e categorias que representa.

Será uma satisfação contar com essa participação em nossa trajetória.



À esquerda, Rafael Rodrigues Aguirrezábal, Diretor de Assuntos Estratégicos da ANAFISCO, e à direita José Ricardo Gomes Dias, presidente da AAFIT/SP, durante o Seminário CNSP 2026.

Parabéns, filiadas!

A CNSP parabeniza suas filiadas por mais um ano de trabalho duro em favor dos direitos do servidor público:

FASP-PMSP 12 de junho - 37 anos	FESIASPE 13 de junho - 69 anos	FESPESP 24 de junho - 74 anos	FENALE 22 de setembro - 33 anos
FASP - RJ 25 de outubro - 65 anos	AFRESP 28 de fevereiro - 78 anos	AECOESP 08 de março - 58 anos	AFFIM 10 de março - 46 anos
ASPAL 06 de abril - 22 anos	ASPP 01 de maio - 94 anos	ASJ - RS 01 de julho - 82 anos	AFALESP 09 de julho - 79 anos
ATEBA 21 de julho - 23 anos	ANTC 10 de agosto - 14 anos	AFPEB 20 de agosto - 108 anos	AEPESP 05 de outubro - 65 anos
AOPM 17 de outubro - 95 anos	APAMPESP 18 de outubro - 32 anos	UDEMOM 18 de outubro - 74 anos	AFPESP 05 de novembro - 95 anos
	ASPEM - RJ 10 de novembro - 72 anos	ADPESP 11 de novembro - 77 anos	

O INFORMATIVO CNSP É O ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DIRETORIA: Antonio Tuccilio (Presidente), Cel. Valdir Suzano (1º Vice-Presidente), Amaro de Mello Vasconcellos (2º Vice-Presidente), Luiz Manoel Geraldes (Secretário Geral), Mauro Rodrigues Pinto (1º Secretário), Marinalva Nunes de Sousa (2ª Secretária), José Carlos Cosenzo (Diretor de Assuntos Internacionais), Lucieni Pereira da Silva (Diretora de Assuntos da Área Federal), Edson Roberto de Almeida Torres (Diretor de Assuntos da Área Estadual), Rafael Rodrigues Aguirrezábal (Diretor de Assuntos da Área Municipal), Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro (Diretora de Assuntos Parlamentares), Lizabete Machado Ballesteros (Diretora-Adjunta de Finanças), Julio Bonafonte (Diretor Jurídico) e Gaspar Bissolotti Neto (Diretor de Imprensa e Divulgação). VICE-PRESIDENTES REGIONAIS: Paulo Sebastião Gonçalves Olympio (Vice-Presidente da 1ª Região - Rio Grande do Sul e Santa Catarina), João Carlos Milani Santos (Vice-Presidente 2ª Região - Paraná e Mato Grosso do Sul), José Gozze (Vice-Presidente da 3ª região - São Paulo), José Eduardo Rangel (Vice-Presidente da 4ª região - Rio de Janeiro e Espírito Santo), Manoel Do Nascimento (Vice-Presidente 5ª Região - Mato Grosso e Rondônia), Cel. Flammario Ruiz (Vice-Presidente da 6ª Região - Minas Gerais), Edvaldo Luis da Costa Lins (Vice-Presidente 7ª Região - Bahia e Sergipe), José Lúcio Passos da Silva (Vice-Presidente da 8ª Região - Alagoas, Pernambuco e Paraíba), Djalma Pires (Vice-Presidente da 9ª Região - Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), Adherbal Silva Pompeo (Vice-Presidente da 10ª Região - Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, Roraima e Amapá) e Fernanda Mendes Thomé (Vice-Presidente 11ª Região - Goiás, Tocantins e Distrito Federal). CONSELHO FISCAL: Gilmar Beluzzo Bolognani e Carlos Roberto Martins De Lima. SUPLENTE: Eduardo Pereira De Quadros Souza, João Batista Teixeira De Paula e Derly Ávilla Corrêa. PRESIDENTES EMÉRITOS: Wilson Ribeiro e Brasil Paraná de Cristo (in memoriam).

COORDENAÇÃO GERAL: Antonio Tuccilio. SUPERVISÃO: Bárbara Caseiro e Carolina Oliveira. REDAÇÃO: Murilo Almeida. PROJETO GRÁFICO: Henrique Huluany. TIRAGEM: 400 exemplares. CNSP: www.cns.org.br | cns@cns.org.br | (11) 3105-7940. Rua Bittencourt Rodrigues, 88 - 6º andar - São Paulo/SP - CEP 01017-010.